

QUEM SOMOS NÓS?

Quem somos nós?

"Quem Somos Nós?" é um projeto desenvolvido pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC*, patrocinado pela Petrobras, que tem como objetivo, através de oficinas temáticas, incentivar reflexões junto às mulheres que estão presas.

Durante o ano de 2007, por meio das oficinas, promovemos diálogos e oferecemos informações sobre as temáticas de Cidadania, Violência e Gênero nas Penitenciárias Femininas da Capital e de Sant'Ana (São Paulo).

Com esta publicação, pretendemos compartilhar nossas experiências e visões, enfatizar a importância de discutir estas temáticas, sensibilizar a sociedade para as questões relacionadas ao cotidiano prisional feminino, bem como contribuir para a multiplicação de trabalhos desta natureza.



Ao longo do projeto, tivemos que enfrentar dificuldades que, por vezes, pareciam tornar o trabalho quase impossível. Com o passar do tempo, percebemos que só foi possível persistir porque nunca deixamos de acreditar na importância deste trabalho e da luta pela garantia dos direitos dentro do Sistema Prisional. Nos momentos mais difíceis, era esse ideal que nos motivava a continuar.

Nossa energia se tornou ainda maior à medida que aprendemos, com cada mulher, a cultivar os valores mais importantes dentro do cárcere: a coragem e a esperança. Nossas dificuldades acabavam sendo pequenas perto das dificuldades que as mulheres que conhecemos enfrentam no seu dia-a-dia dentro da prisão e, principalmente, nenhum problema era maior do que a força que passamos a ter ao lado destas mulheres.

Agradecemos a todos aqueles que colaboraram para a realização deste trabalho. E, para as mulheres que estão presas (em especial, aquelas que participaram de nossas oficinas), além de nosso agradecimento, fica o sincero desejo de um futuro melhor.



Í		QUEM SOMOS NÓS? 06
N		1. "VOZ ATIVA É A BASE DA VIDA" 09
D		2. "REALIDADE CRUEL" 15
I		3. "IGUALDADE PARA TODAS" 21
C		4. "CONSTRUTORAS DE UM FUTURO MELHOR" 25
E		5. INDICAÇÃO PARA LEITURA E CRÉDITOS 30



QUEM SOMOS NÓS

Quando imaginamos a implementação de atividades educativas em penitenciárias femininas, embora já planejássemos discutir os temas Cidadania, Violência e Gênero, ainda não havia sido definido um nome para nosso projeto. Era preciso pensar em um nome que, ao mesmo tempo, despertasse a atenção (e, por que não, a curiosidade) das pessoas e revelasse o conteúdo de nossas oficinas em poucas palavras. O nome que escolhemos para nosso projeto – “Quem Somos Nós?” – demonstra nosso desejo de que, a partir das discussões sobre os três temas do projeto, cada participante pudesse refletir sobre sua própria trajetória de vida como cidadã e mulher. Além disso, como o nome do projeto é uma pergunta, assumimos que não seríamos nós, profissionais do ITTC®, as portadoras da resposta, mas sim as mulheres que participariam de nossas oficinas.

Agora, quando olhamos para trás, percebemos que o desenvolvimento do projeto “Quem Somos Nós?” representou um grande desafio para nossa equipe. Além das dificuldades práticas para a realização de oficinas dentro de penitenciárias, uma vez que nem sempre era possível contar com a infra-estrutura adequada para nossas atividades, nossa maior preocupação dizia respeito às temáticas que seriam discutidas. Como falar de três temas tão complexos, Cidadania, Violência e Gênero, sem que nossas oficinas se tornassem cansativas e desinteressantes? Como aproximar nossas discussões da realidade do cotidiano prisional e, principalmente, como contribuir para a melhoria das condições de vida dessas mulheres?

Optamos por desenvolver um tema diferente em cada encontro, mas sempre buscando refletir sobre as possíveis conexões entre eles. Além disso, ainda que os conteúdos das oficinas fossem diferentes, nossos objetivos eram os mesmos: levar informações, esclarecer dúvidas, debater idéias, problematizar comportamentos e preconceitos, incentivar projetos etc.

Ao longo das oficinas, procuramos também considerar a diversidade da população das duas penitenciárias. Apesar de termos os mesmos objetivos e de realizarmos a mesma oficina, cada encontro era diferente porque estávamos trabalhando com mulheres muito diferentes umas das outras, em grupos também diversos entre si. Sendo assim, procuramos pensar em estratégias para falar sobre o mesmo tema de muitas formas, para que todas pudessem participar a partir de seus interesses, gostos e vivências.

Percebemos também que nossas oficinas tinham que valorizar esta diversidade e buscamos fazer isso de muitas formas: elaboramos várias atividades pensando na importância das histórias de vida das participantes; propusemos tipos variados de atividade porque sabemos que cada uma aprende de um jeito diferente; incentivamos o entrosamento entre as participantes de cada grupo; propusemos que cada grupo formado criasse seu próprio nome, sua própria identidade. Essa experiência foi tão interessante que escolhemos, para cada capítulo desta publicação, algum destes nomes eleitos pelos grupos que formamos.

Embora nossa metodologia de trabalho privilegiasse as atividades em grupo, consideramos relevante conhecer a fundo o perfil das mulheres das duas unidades prisionais. Para isto, elaboramos um questionário aplicado por nossa equipe com cada uma das participantes. Todas as participantes foram convidadas a responder ao questionário, cuja aplicação representou não apenas uma oportunidade para ter acesso às informações, mas também um momento de aproximação entre a equipe e as mulheres, no qual pudemos criar um espaço de escuta para suas histórias de vida.

Depois de um ano de projeto, ficaram mais evidentes para nós, equipe do ITTC®, tanto nossas conquistas, quanto nossas dificuldades. Com relação às dificuldades, avaliamos que um de nossos objetivos iniciais, o de promover um trabalho educativo com agentes e funcionários do Sistema Prisional, ainda não pôde ser plenamente atingido. Esse objetivo permanece como um desafio, pois acreditamos ser fundamental envolver as categorias profissionais atuantes nas unidades prisionais no projeto, uma vez que buscamos contribuir para uma transformação das relações humanas dentro das penitenciárias.

Quanto às nossas conquistas, a participação de tantas mulheres em nossas oficinas e a possibilidade de promover, junto a elas, um diálogo efetivo em torno de temas que consideramos centrais, representa a possibilidade de termos contribuído para que cada uma delas tenha “um dia melhor”.



A publicação “Quem Somos Nós?” está organizada a partir dos três temas centrais de nosso projeto. Nos capítulos “Voz Ativa é a Base da Vida”, “Realidade Cruel” e “Igualdade para Todas”, apresentamos algumas das idéias que nortearam o desenvolvimento de nossas oficinas sobre, respectivamente, os temas Cidadania, Violência e Gênero; produções das mulheres participantes a respeito das referidas temáticas, além de dicas e sugestões para profissionais e entidades interessados nesta metodologia de trabalho.

No capítulo “Construtoras de um futuro melhor”, apresentamos alguns dados obtidos a partir da aplicação dos questionários com as participantes do projeto, considerando as condições de vida dessas mulheres nas duas unidades prisionais. Procuramos avaliar em que medida os direitos previstos na legislação que regulamenta a situação das mulheres são garantidos no cotidiano das participantes das nossas oficinas. A partir disso, apresentamos algumas sugestões e propostas que visam inspirar a elaboração de políticas públicas voltadas à população de mulheres encarceradas.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA – ITTC®

Quem s

PARA
MOSTRA
DARTEA. PUCO
MORNOV

1950



"VOZ ATIVA É A BASE DA VIDA"



Ao começar a falar sobre este assunto, perguntamos a todas as participantes o que elas entendiam sobre cidadania. Entre as diversas opiniões, uma das participantes escreveu este texto:

nome, Jéicy Alar, idade 3400

Cidadania

fome diz a lei, todos são iguais perante a lei, mais infelizmente na pratica as coisas funcionam bem de puz-tis.

gostaria muito que a moadais fosse para todos, por assim não seríamos tanta gente morando na rua; que a taxa de desemprego não fosse tão alta, assim não teríamos um caos nacional que que tanta, violência, fome, e até mesmo a falta de amor-próprio.

Queria que nossos direitos fossem tão valiosos para os nossos governantes assim como são nossos deuses.

Sei que nossas obrigações com o estado são necessárias, pois teoricamente todo imposto pago pela sociedade no crescimento nacional, mas infelizmente este retorno não chega.

Seja tanta desonestade como posso que me pergunto, será que temos direitos a alguma coisa?

Sei que pela realidade, não posso escrever nada por estar presa mas seguindo as oportunidades criadas aqui (como este curso) fiz com que eu surgisse meus sonhos e aprenda a ser uma cidadã.

O tema Cidadania foi o primeiro a ser abordado em nossas oficinas e, consequentemente, é sobre ele que falaremos em nosso primeiro capítulo.

Quando iniciamos as oficinas de Cidadania com as mulheres, muitas diziam que, dentro do cárcere, não se sentiam cidadãs. Ao mesmo tempo, percebemos que o significado da palavra Cidadania também gerava muitas dúvidas.

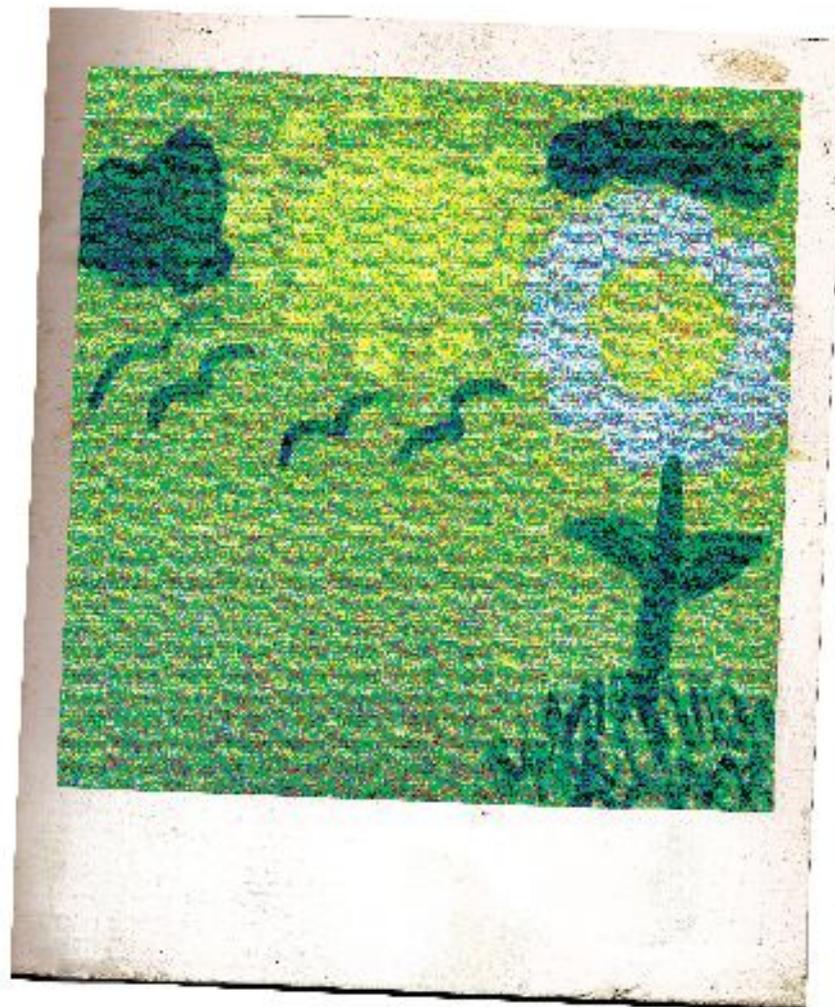
Este texto representa um pensamento comum à grande maioria das participantes, já que expressa diversos conceitos ligados à cidadania, e, ao mesmo tempo, expressa a distância entre o que determina a lei e a realidade social do nosso país. As palavras e frases a seguir são bastante presentes e representativas das opiniões das mulheres:



Mas afinal, o que é Cidadania?

Ser cidadão significa ter garantidos os direitos individuais (como ter documentos e a liberdade de expressão), políticos (como poder votar), sociais e econômicos (educação, saúde trabalho, moradia e lazer), que assegurem uma vida digna ao ser humano, à comunidade e à sociedade.

Encontramos dificuldades para conquistar esses direitos tanto dentro como fora da prisão. Mas isso não significa que perdemos a cidadania e não somos cidadãos. Pois, apesar de perceber que nossos direitos não estão sendo garantidos, hoje eles só existem porque, durante muitos anos, diversas pessoas lutaram para conquistá-los. Agora que eles estão escritos nas nossas leis, precisamos lutar para que eles saiam do papel!





Nas oficinas, nosso objetivo foi enfatizar que, para garantir nossos direitos, é muito importante a participação de todos, independentemente da classe social, raça ou sexo. Além disso, é fundamental buscar conhecimentos, entender a realidade e refletir sobre o que está à nossa volta. A união e a organização são caminhos importantes para nos sentirmos parte da sociedade e exigirmos que nossos direitos sejam garantidos.

No entanto, além de conhecer e buscar nossos direitos, exercer nossa cidadania também exige o cumprimento de alguns deveres. Dentre eles estão: participar das decisões que são tomadas pelos governantes; respeitar e ser respeitada e contribuir para uma sociedade mais justa e igual.

É claro que diante da realidade do cárcere, tudo isso parece ainda mais distante e difícil, porém atitudes simples como solidariedade e parceria são as palavras-chave para o exercício da cidadania.

DICAS:

FALAR SOBRE CIDADANIA É TAREFA DIFÍCIL! MAS ALGUNS INSTRUMENTOS PODEM NOS AJUDAR A DAR O PRIMEIRO PASSO:

Atividades de aquecimento no início de cada oficina oferecem uma boa energia aos participantes, possibilitando que saiam da rotina e vivenciem um momento de descontração.

Utilizar papéis, desenhos e trabalhos em grupo como parte da metodologia pode ser também uma boa alternativa. Para falarmos de cidadania, propomos, por exemplo, o uso de cartazes com os direitos sociais escritos.

Discutir sobre o papel das pessoas na sociedade e apresentar a importância da participação e da união entre elas é fundamental.

Atividades lúdicas são importantes para as discussões. Elas possibilitam ilustrar o tema que está sendo desenvolvido.

É importante construir vínculos com todos do grupo, motivando a participação e o envolvimento das pessoas nas atividades.

É interessante incentivar que a reflexão sobre o tema aconteça tanto durante como depois das oficinas. O estímulo a produções como desenhos, textos, criação de músicas, entre outros, é muito importante, pois facilitam a apropriação do tema discutido e possibilitam o desenvolvimento de habilidades.

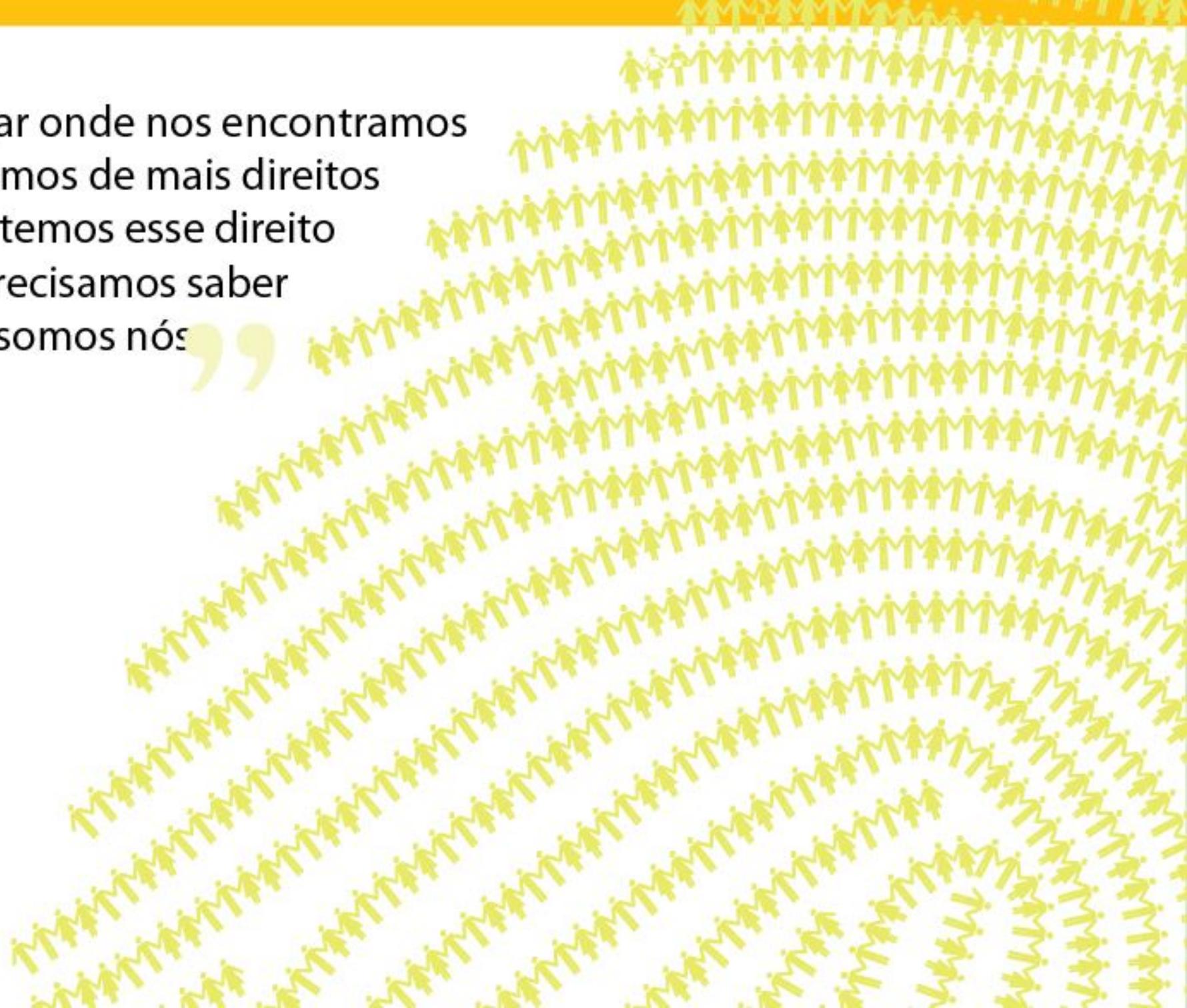




“A violência não é somente aquela que se parte de uma agressão física. Há também formas verbais que ofendem mais que pancada. As condições em que vivemos leva e contribuem para a violência...”

Participante de um dos grupos

“
No lugar onde nos encontramos
Precisamos de mais direitos
Já que temos esse direito
Aqui precisamos saber
Quem somos nós”
Vania





"REALIDADE CRUEL"

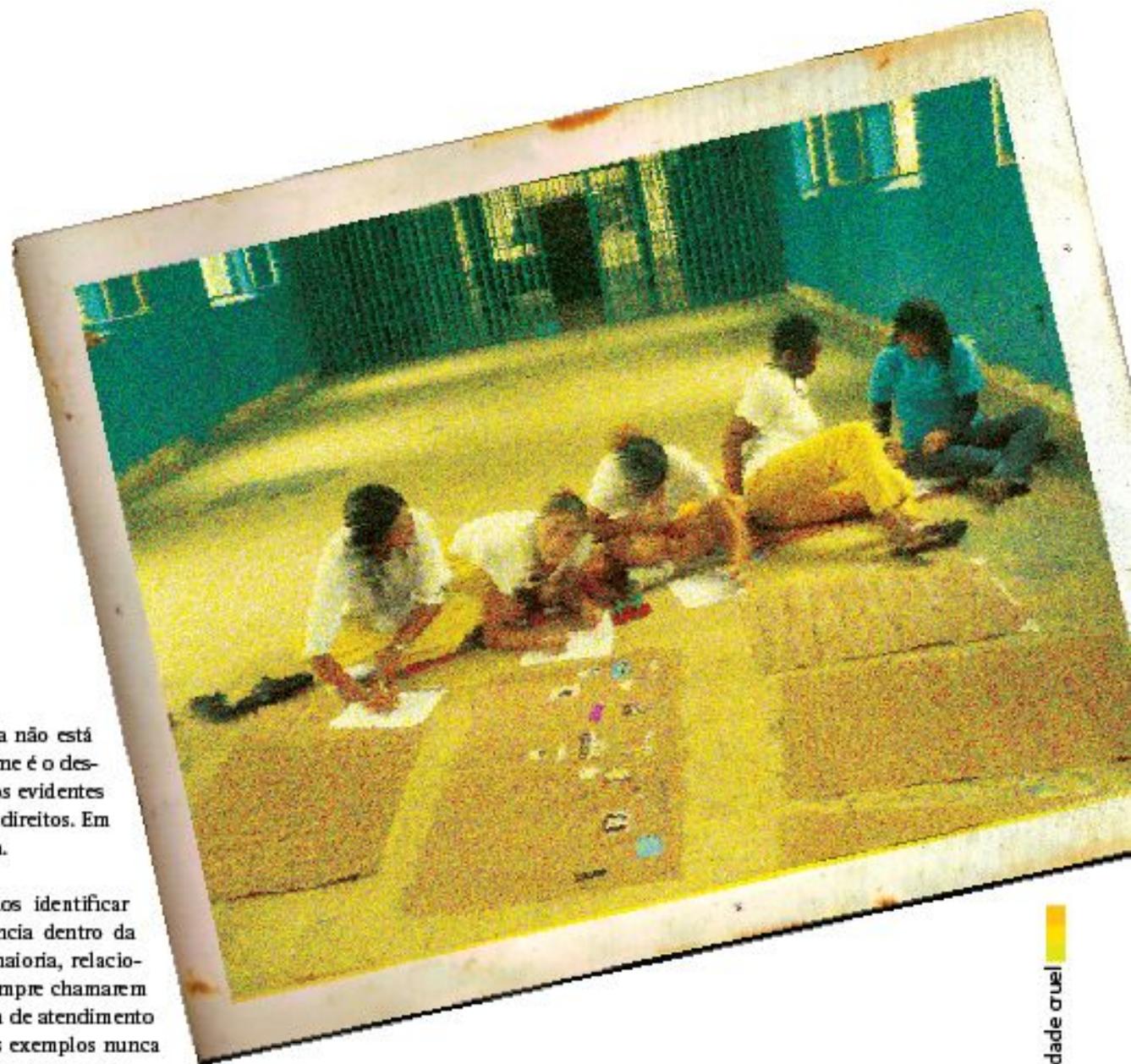
Violência é um tema difícil de ser abordado, pois nos faz lembrar imediatamente de questões complexas e quase sempre tristes. Isso porque ela está presente em nosso dia-a-dia e em nossas relações. Mas será que conseguimos reconhecer todos os tipos de violência? Ou, ainda, será que conseguimos perceber que muitas vezes reproduzimos relações violentas?

Existem diversas manifestações de violência, desde aquelas mais explícitas, como um tapa na cara, uma agressão e um xingamento, até aquelas menos evidentes e tidas como naturais como a miséria, a fome, o desemprego, a falta de atendimento médico e moradia, a má qualidade da educação, entre outras, com as quais nos deparamos todos os dias.



Diferentemente do que costuma ser divulgado, a violência não está ligada apenas à idéia de crime. Da mesma forma que o crime é o desrespeito a uma determinada lei, essas manifestações menos evidentes da violência também constituem uma violação dos nossos direitos. Em outras palavras, violação tem relação direta com violência.

Em nossas oficinas sobre violência, quando procuramos identificar exemplos trazidos pelas mulheres de situações de violência dentro da penitenciária, as situações apontadas estavam, em sua maioria, relacionadas a brigas e discussões. Paradoxalmente, apesar de sempre chamarem nossa atenção para a má qualidade da alimentação, a falta de atendimento médico, de trabalho e de educação dentro da prisão, esses exemplos nunca surgiam como sinônimos de violência. Por que será que isso acontece?





Por termos nascido em uma sociedade em que aprendemos que é natural não termos nossos direitos garantidos, acabamos não enxergando essas violações como violência e, muitas vezes, não fazemos nada para mudar essas condições.

Dentro da prisão, nem sempre a realidade cruel, comum a todas, leva à solidariedade e ao desejo de reivindicar por melhorias coletivas. Por vezes, acabam prevalecendo o individualismo e a competição, também existentes na sociedade em geral.

Quando paramos, então, para pensar sobre este tema, constatamos que a violência está presente em tantos espaços e está tão banalizada, que parece impossível pensar em possibilidades de construirmos relações menos violentas.





Porém, reconhecer as manifestações da violência dentro e fora do cárcere, buscar mudanças em nossas atitudes em relação aos outros e a nós mesmas, refletir para evitar a reprodução de ações violentas e procurar a organização e a união para que a cidadania seja exercida, são os primeiros passos para podermos modificar nossas relações mais próximas e, a partir disso, o coletivo, a comunidade, a sociedade.

DICAS:

DIANTE DE UM TEMA TÃO COMPLEXO, É PRECISO QUE CUIDADO E SENSIBILIDADE SEJAM AS PALAVRAS-CHAVE PARA CONVERSAR SOBRE VIOLÊNCIA.

É importante, no começo da atividade, identificar o que cada pessoa pensa ou entende por violência para, a partir daí, dar início à discussão.

O uso de ilustrações, histórias em quadrinho e notícias de jornal torna a discussão mais simples e descontraída, além de permitir um entendimento maior sobre o assunto.

Levantar questões como o preconceito e a reprodução da violência aproximam o tema do cotidiano das pessoas que vivem no Sistema Penitenciário.

Relacionar os temas trabalhados é fundamental. Dessa forma, é importante propor, por exemplo, que as pessoas pensem sobre as possíveis relações entre as violações aos direitos, tema que discutimos na oficina de cidadania, com a violência e a criminalidade.



IGUALDADE
PARA
TODAS

"IGUALDADE PARA TODAS"



“...Mulher tem a força
Mulher tem a luz
Mulher tem o brilho
Sua mente seduz
Transforma em ouro
Poeira do chão
Se agente se unir
Nós domina o mundo.”

Michelle

Neste capítulo queremos falar sobre homens e mulheres, suas semelhanças e diferenças. Então vamos começar do princípio.

Ao nascer, todo mundo já sabe se a criança é menino ou menina; o que é muito simples, pois é só olhar para o sexo, certo? Até aí, tudo bem!

Mas logo após o nascimento surgem modelos de comportamento diferentes, atribuídos a homens e mulheres, que durante toda vida são esperados e cobrados pela sociedade.

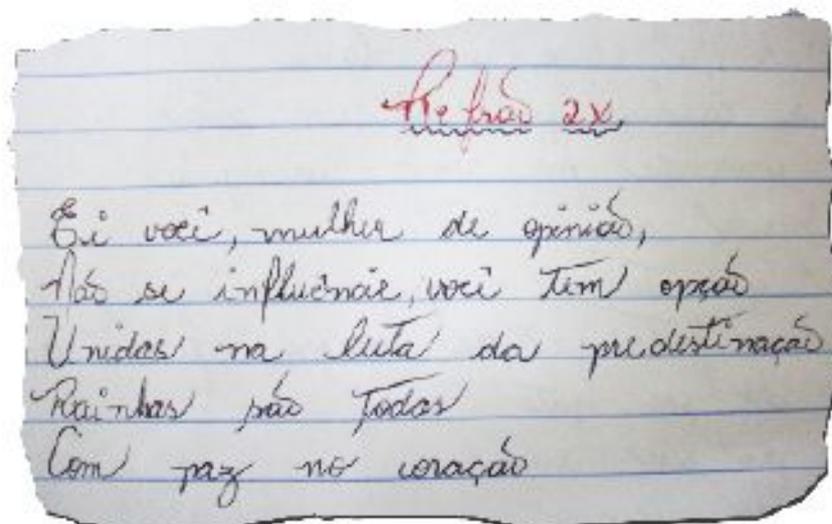
Como exemplo, percebemos que, em nossa cultura, a mulher é vista como sensível, responsável por cuidar da casa, dos filhos e do companheiro; e o homem como aquele que não chora, que é valente, briguento, decide a vida da família e é mulherengo.

Esse tipo de comportamento é muito comum. Por isso é difícil percebemos que eles foram construídos pela sociedade em que vivemos. Como são passados de pais para filhos, acabamos tendo dificuldade em reconhecer que esses modelos não são naturais, mas sim papéis que a sociedade criou para diferenciar, além do sexo, homens e mulheres. A estes papéis damos o nome de gênero.

Essa diferença de papéis trouxe também muita desigualdade entre os sexos, ou seja, o homem é visto como superior e, a mulher, como inferior. Podemos reconhecer essa desigualdade entre os sexos em várias situações: diferenças de salários, de poder, de ter várias mulheres, de ser boêmio e muitas outras.

As mulheres ainda se sentem oprimidas e prejudicadas pelo papel que exercem na sociedade, e sua luta tem sido para acabar com essa desigualdade. Porém, mudar esse olhar é muito difícil, pois muitas vezes repetimos esse comportamento e não nos perguntamos por que é assim ou se poderia ser diferente.

No cárcere essa desigualdade também é muito presente. Começamos reconhecendo que as necessidades da mulher são diferentes em relação às do homem. Certos produtos de higiene e assuntos como amamentação, por exemplo, são questões específicas dos presídios femininos por conta da natureza da mulher. Depois, passamos a reconhecer que, apesar de terem os mesmos direitos,



o acesso a eles é desigual para homens e mulheres devido à nossa cultura. Um exemplo são as visitas íntimas, que acontecem há pouco tempo nas penitenciárias femininas e somente em poucas unidades. A execução da pena das mulheres é tratada com menos atenção pelo sistema judiciário; a remição quase inexistente devido a um número menor de vagas de trabalho e o acesso à escolarização também é mais difícil, o que, conseqüentemente, reduz a possibilidade de diminuir o tempo no cárcere.

Mas esta discussão ultrapassa os muros do presídio, já que problemas como o machismo (ou seja, a idéia de que os homens são superiores e, por isso, têm poder sobre as mulheres) ainda estão muito presentes em nossa sociedade. Muitas vezes, as próprias mulheres são responsáveis pela reprodução deste tipo de comportamento, já que, por terem recebido uma educação machista, acabam educando seus filhos da mesma maneira. Como exemplo, podemos citar o caso de mães que proíbem seus filhos de brincar de boneca ou de cozinha, pois acham que essas são brincadeiras de menina. Ao fazerem isso, estão contribuindo para a idéia de que tarefas domésticas são deveres únicos das mulheres.



É falando em ambiente doméstico, não podemos deixar de falar sobre a maior violência que ocorre contra as mulheres: a violência que vivenciam em seus lares, cometidas pelos homens. Nesses casos, a violência não é apenas física, mas também psicológica, por ameaças e humilhações. A mulher é tão menosprezada pelo homem que passa a acreditar que é incapaz de fazer qualquer coisa sozinha. Este tipo de violência é muito difícil de ser combatido, pois envolve sentimentos contraditórios como amor, medo, vergonha, culpa, raiva etc, e por vivermos em uma cultura machista, muitas vezes as mulheres sofrem caladas. Diante desta realidade, é muito importante trazer este assunto a público para que sejam criadas medidas para diminuir o número de mulheres nessa condição.

O intuito de nossas oficinas, e deste capítulo, é reforçar que todas as pessoas, independente de sexo e orientação sexual, devem ser respeitadas. O mesmo deve acontecer quando elas têm características ou gostos diferentes daqueles que supostamente deveriam ter pelo fato de serem homens ou mulheres, como, por exemplo, uma mulher que gosta de jogar futebol, um homem que gosta de cozinhar, mulheres que namoram mulheres ou dois homens que queiram adotar uma criança. O importante é saber que homens e mulheres, apesar de serem diferentes, têm direitos iguais. No entanto, isso não quer dizer que temos que nos comportar da mesma forma e gostar das mesmas coisas, nem que um deva ser considerado melhor que o outro.

DICAS:

COMO O TEMA GÊNERO É, MUITAS VEZES, CONFUNDIDO COM SEXO OU ORIENTAÇÃO SEXUAL, É IMPORTANTE PROPOR ATIVIDADES QUE DEMONSTREM BEM A DIFERENÇA ENTRE CADA CONCEITO.

Para falar sobre o sexo biológico, atividades em que as pessoas desenham o corpo humano e pensam sobre a natureza dos homens e mulheres são muito interessantes.

Para discutir o que é gênero, falar sobre os papéis que aprendemos desde a infância (e acabamos ensinando a nossos filhos) é uma boa estratégia.

Para falar sobre orientação sexual, é importante pensar em exemplos que conhecemos e que nos mostram, por exemplo, que ser homossexual não significa deixar de ser homem ou mulher.

Quando falamos sobre o machismo, é importante mostrar que ele é um valor da nossa cultura e não culpa apenas dos homens. Além disso, é importante reforçar a idéia de que as relações entre homens e mulheres mudaram ao longo da história, e que podemos diminuir a desigualdade entre os sexos pelas nossas atitudes.

Falar sobre as situações vividas pelas pessoas do grupo em torno da violência contra a mulher cria um espaço de escuta muito importante. Mas, mais do que escutar, é importante enfatizar as possibilidades de enfrentamento dessas formas de violência.

Na discussão sobre gênero, é fundamental defender o respeito à diferença e o fim da desigualdade entre homens e mulheres, mas sem esquecer que todos temos preconceitos e precisamos aprender a lidar com eles.



de laços, mas temos
no banho e nao
um do reclama

NO lugar onde nos encontramos
 precisamos mais de Direitos
 ja que temos esse Direito
 Aqui precisamos
 saber
QUEM SOMOS NÓS

Amor só
 Mãe





"CONSTRUTORAS
DE UM FUTURO MELHOR"



Ao longo do projeto, as mulheres participantes das oficinas responderam a um questionário, que tinha como objetivo a obtenção de mais informações a respeito da vida no cárcere. Além de suas histórias pessoais, obtivemos dados sobre o perfil sócio-demográfico das mulheres (idade, estado civil, nacionalidade, naturalidade, escolaridade, composição familiar), bem como sobre as condições de vida dentro das duas penitenciárias. Abordamos questões como a saúde (física e emocional) e a educação e, em especial, a oferta de atendimento relacionada a esses dois direitos dentro da penitenciária, além do trabalho, das atividades culturais e dos dados processuais das mulheres. É importante ressaltar que os dados ora apresentados representam aquilo que foi declarado pelas participantes e não constituem dados oficiais das duas unidades penitenciárias em questão.

Durante esse ano em que realizamos as oficinas e com a contribuição dos questionários, percebemos que ainda há muito a ser feito para a melhoria das condições de vida da mulher encarcerada.

A cada oficina realizada, a discussão sobre a legislação sempre esteve presente. Contudo, a falta de informação e de conhecimento sobre as leis foram questões frequentes. Em nossas discussões, procuramos estabelecer um diálogo entre a legislação e as temáticas de Cidadania, Violência e Gênero, o que nos ajudou a reconhecer tanto as situações de violação das leis, quanto as estratégias utilizadas pelas mulheres para driblar a distância entre o que está previsto na lei e a realidade em que se encontram.

Apresentamos, a seguir, algumas informações obtidas por meio dos 151 questionários aplicados, relacionando-as com os direitos previstos, principalmente na Lei de Execuções Penais (LEP). A partir desta análise, elaboramos algumas propostas de políticas públicas que não visam grandes novidades, nem mesmo pretendem criar algo novo, mas, sim, enfatizar a importância da execução da lei, tanto dentro dos presídios como fora deles. O que está em jogo é garantir o que está estabelecido na Constituição Federal do Brasil de 1988, na qual lemos que: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

Cabe ressaltar que muitas destas propostas vão ao encontro de iniciativas já existentes no Sistema Prisional e que nosso intuito ao apresentá-las é, sobretudo, o de enfatizar a importância do amplo acesso ao trabalho, à educação, ao atendimento médico etc. Em outras palavras, acreditamos que a realidade das mulheres que estão presas é desigual, não apenas quando comparada à situação dos homens presos, mas também por haver uma desigualdade interna que cabe ao Estado minimizar, procurando garantir a todas as mulheres, em condição de igualdade, os direitos estabelecidos pela legislação brasileira.

Segundo o artigo 10 da Lei de Execuções Penais (LEP), a assistência ao preso e ao interno é dever do Estado. Estão previstas, ainda, no artigo 11: assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Considerando as limitações da assistência provida pelo Estado a estas mulheres, tal como podemos constatar a partir dos dados apresentados a seguir, procuramos apontar algumas propostas de políticas públicas necessárias ao cumprimento da LEP.



Mulher, mãe

Com relação à idade, 47% das participantes dos grupos têm entre 18 e 30 anos, 51% entre 31 e 59 anos e 2% têm mais de 60 anos. A maioria das mulheres que participaram dos grupos é mãe (82%) e se declara solteira (53%). Com um número tão elevado de mulheres que têm filhos e considerando-se que, muitas vezes, estas dão à luz durante o período em que estão presas, é fundamental haver uma política que contemple cuidados especiais durante a gestação, como:

- Atendimento médico pré-natal e condições adequadas de higiene e alimentação;
- Cuidados específicos durante a amamentação e, além das condições básicas, acesso a um local diferenciado e adequado a este período, tanto para as mães, quanto para os bebês.

Saúde

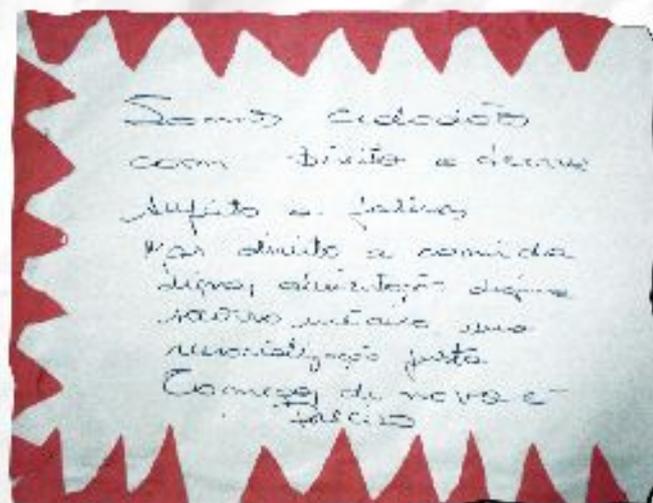
Constatamos que apenas 50% das entrevistadas que estavam em tratamento antes de serem presas conseguem garantir a continuidade do atendimento dentro da prisão. A maioria das mulheres (51%) ainda declara ter contraído alguma doença depois de terem sido presas.

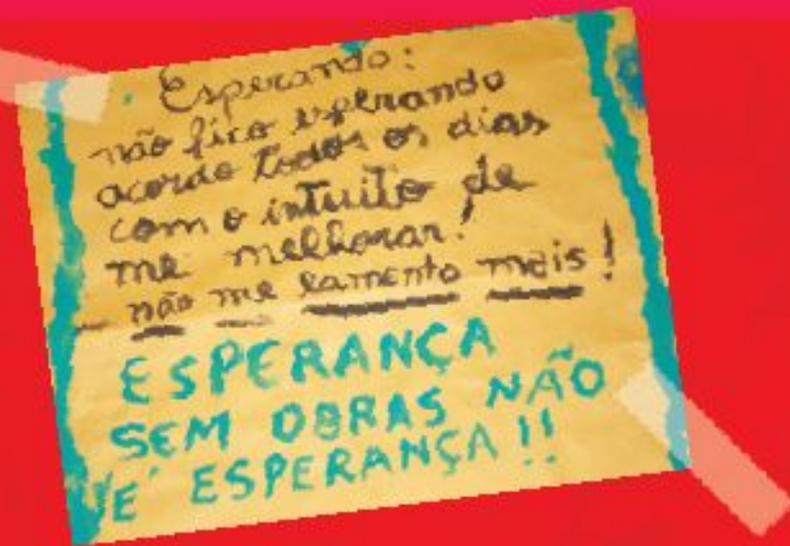
Com relação à atenção à saúde e, em especial, à saúde da mulher na prisão, constatamos que o volume de atendimentos médicos ainda não consegue atender a demanda existente, uma vez que a maioria das mulheres se queixa da falta de atendimento. Em função disso, salientamos também a importância de:

- Assegurar o acesso a exames ginecológicos periódicos (papanicolau, mamografia, ultra-sonografia etc.);
- Garantir a atenção às necessidades e cuidados específicos acarretados pelo ciclo hormonal feminino como forma de promover a saúde física e mental e a higiene da mulher;
- Ampliar e dar condições para que a visita íntima seja um direito de todas, garantindo-se, para isto, o acesso à informação e aos recursos para a prevenção contra DST/HIV/Aids e às medidas contraceptivas;

A privação de liberdade em si, envolvendo a distância da família, o confinamento e a falta de recursos, acarreta, a curto e longo prazo, diversas complicações que envolvem a saúde emocional das mulheres. Apesar das queixas sobre essas complicações serem freqüentes, das 36 mulheres que receberam atendimento relacionado à saúde emocional antes de serem presas, apenas 22% alegaram estar sob tratamento psicológico e/ou psiquiátrico e, entre elas, a grande maioria alega estar somente recebendo medicação psicotrópica (antidepressivos e calmantes) sem o acompanhamento de profissionais através de consultas regulares. A partir destes dados, propomos:

- Ampliar o quadro de profissionais como psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais para que a demanda das mulheres possa ser atendida.





Trabalho

O trabalho é definido pela Lei de Execução Penal como um direito e uma obrigação para as pessoas presas. No entanto, somente 58% das mulheres que responderam ao questionário declararam trabalhar. Dentre aquelas que não trabalham, a maioria (74%) afirmou que gostaria de trabalhar.

Essa realidade compromete a finalidade educativa e produtiva que a própria LEP atribui ao trabalho no cárcere, além de gerar uma situação de desigualdade entre as mulheres que trabalham e as que não trabalham. A ausência de trabalho para todas as mulheres também compromete a obtenção de remição pelo trabalho, que é um benefício de grande importância.

Educação, Cultura e Lazer

Das mulheres participantes dos grupos, 44,3% não concluiu o Ensino Fundamental e 26,4% concluiu o Ensino Fundamental, mas não o Médio. Apesar disso, constatamos que apenas 35% declaram estar estudando, o que acontece, segundo relato das próprias mulheres, entre outras razões, por falta de vagas e material. A educação formal, contudo, é um direito fundamental, tanto por garantir a possibilidade de remição de pena, quanto para a formação humana e profissional qualificada. Portanto, para que esse direito de fato seja garantido, propomos:

- Adequar a estrutura da penitenciária para que esta comporte tantas salas de aula quanto necessárias para que todas as mulheres interessadas tenham acesso à escola;

- Garantir a oferta de materiais como lápis, borracha, caneta, cadernos, livros didáticos, entre outros para todas as alunas;
- Capacitar as professoras tanto em relação ao conteúdo das matérias a serem ministradas, quanto ao preparo pedagógico;
- Ampliar o acervo e o acesso às bibliotecas para que todas as mulheres tenham acesso;
- Assegurar o direito à remição de pena a partir da frequência na escola.

Em relação a aspectos sociais e religiosos, 69% alegaram frequentar atividades religiosas e 54% afirmaram participar de atividades como festas, palestras e campeonatos. O acesso à cultura e ao lazer, portanto, deveria ser mais valorizado, já que estimula interesses, conhecimentos e aprendizado a partir do lúdico e de atividades coletivas.

Família, Visitas, Comunicação

A visita também é prevista como um direito pela LEP, sendo que os visitantes poderão ser cônjuges, companheiros, parentes e amigos das mulheres. No entanto, 59% das mulheres que participaram do grupo recebem visitas enquanto 41% não recebem. Considerando-se tanto a importância da manutenção dos vínculos familiares e com o mundo externo, quanto a necessidade de apoiar material e emocionalmente as mulheres e suas famílias, apresentamos a seguir algumas propostas:

- Estabelecer procedimentos de revista mais adequados, de forma a minimizar o constrangimento das visitas;
- Criar espaços adequados para momentos de visitas;

- Criar formas coletivas para os familiares realizarem as visitas semanais, como ônibus circulares, passes familiares, ou outros;
- Garantir o acesso das famílias aos programas que visam reduzir a vulnerabilidade social das mesmas.
- Criar formas de acesso e comunicação comunitária dentro dos presídios, como, por exemplo, telefones públicos, com o intuito de proporcionar contato com familiares, advogados, entre outros.

Egressos

Considerando-se que é dever do Estado desenvolver estratégias de assistência ao egresso do Sistema Prisional, tanto para garantir sua reinserção na sociedade quanto para contribuir para a redução da reincidência, apresentamos algumas idéias que podem auxiliar neste sentido:

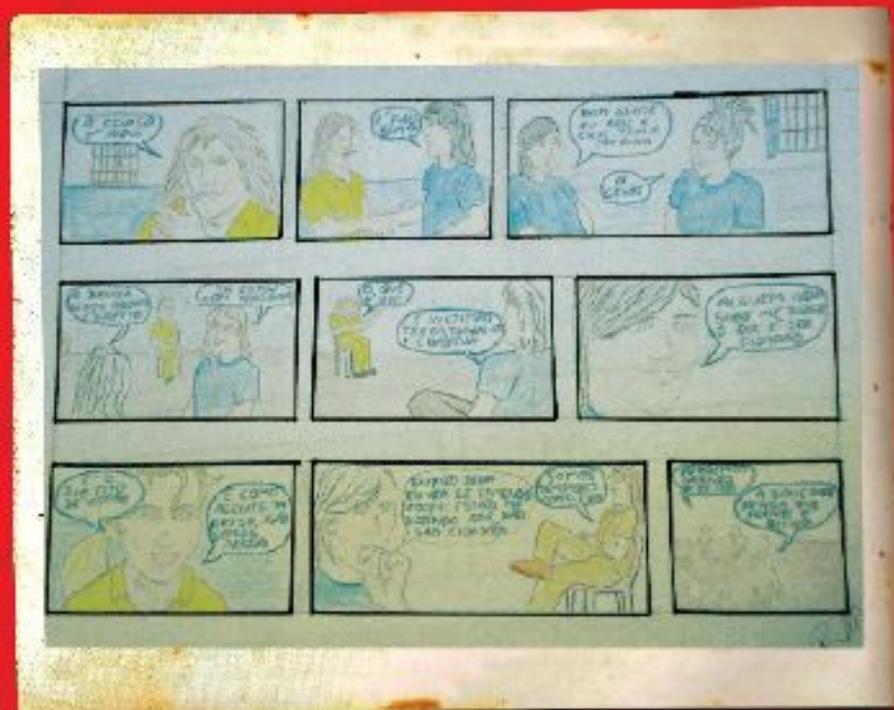
- Criar programas que viabilizem, ainda dentro da prisão, alguns aspectos necessários à saída da presa, tais como: atualização de documentação e certificação de cursos realizados; estabelecimento de contatos com familiares; histórico médico, entre outros;
- Estender ao egresso o acesso a programas sociais, de forma a apoiar seu retorno à família e à sociedade;

Agentes Penitenciários

Durante o desenvolvimento do projeto "Quem Somos Nós?", buscamos encontrar estratégias para a realização de oficinas com os agentes penitenciários, mas nos deparamos com algumas dificuldades que não possibilitaram a execução efetiva das atividades. Tendo em vista a importância do trabalho destes funcionários dentro das prisões e o fato de que são esses profissionais que estabelecem contato mais próximo com as mulheres, consideramos fundamental a formulação de políticas que contribuam para a melhoria de suas condições de trabalho. Desta forma, propomos:

- Capacitá-los de forma contínua, abordando temas que façam parte do cotidiano dos agentes penitenciários e discussões sobre cidadania e respeito.
- Garantir a presença de número adequado de agentes penitenciários, tendo em vista a garantia da segurança interna e da segurança pessoal dos trabalhadores.

Por fim, todas estas propostas não ferem a legislação. Muito pelo contrário, estão em acordo com as determinações legais e com a defesa de condições dignas de vida no cárcere. Acreditamos, contudo, que elas exigem vontade política e investimento no Sistema Prisional, seja nas condições de infra-estrutura dos presídios, seja nas relações entre os diversos atores envolvidos na questão penitenciária.



INDICAÇÃO PARA LEITURA:

AZERÉDO, Sandra. Preconceito contra a mulher: diferenças, poemas e corpos. São Paulo, Cortez, 2007.

BAIERI, Luzia Fátima. Medo social: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo, Cortez, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Presidência da República. Brasília, 1984.

BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina. O (Orgs.). Uma questão de gênero. São Paulo, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

DALLARI, Dalmo de A. O que é participação política. São Paulo, Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos).

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 1977.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo, Perspectiva, 2007.

HOWARD, Caroline (Org.). Direitos humanos e mulheres encarceradas. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania; Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo. São Paulo, 2006.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. Manual dos direitos das presas. São Paulo, 2001.

MORAS, Régis. O que é violência urbana. São Paulo, Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros Passos).

OLIVEIRA, Nelson Vieira (Org.). Insegurança pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo, Nova Alexandria, 2002.

PINSKI, Jaime e Pinski, Carla Bassanezi (Orgs.). História da cidadania. São Paulo, Contexto, 2005.

VENTURI, Gustavo, RECÁMAN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de. (Orgs.). A mulher brasileira nos espaços públicos e privados. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

CREDITOS

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA

Heidi Ann Cerneka – Presidente

Michael Mary Nolan – Vice Presidente

Denise Neri Blanes – Tesoureira

Sônia Regina Arrojo e Drigo – Secretária

Rosângela Calixto, Wagner Hosokawa e Marlete Scapineli Conte – Conselho Fiscal

EQUIPE "QUEM SOMOS NÓS?"

Denise Neri Blanes e Luciana Matumoto – coordenação

EQUIPE TÉCNICA:

Bruna Cléa Ferreira e Camila Gibin Melo – estagiárias de Serviço Social

Claudia Vieira Garcia – psicóloga

Flávia Novaes B. Rodrigues – assistente social

Marina Nunes Galvão Sobral – psicóloga

Natália Rose – assistente social

COLABORAÇÃO

Luíza Aparecida Barros | Maria Emilia Guerra Ferreira

PROJETO "QUEM SOMOS NÓS?"

Realização: Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC* | Patrocínio: Petrobras

PUBLICAÇÃO "QUEM SOMOS NÓS?"

Esta publicação foi elaborada pela equipe técnica do projeto "Quem somos nós?"

REVISÃO

Juliana Rose

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

EDITORA CULTURA EM AÇÃO | Edgard Steffen - Editor

PROJETO GRÁFICO | Fernando Balsamo

ARTE, EDITORAÇÃO | Juliana Cabalin

APOIO:

Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal de São Paulo - APCEF/SP

Associação dos Funcionários e do grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp

Comitê Betinho – Funcionários Santander Banespa

Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região

Comitê Verbo Divino dos Funcionários do Banco do Brasil



Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC
Rua Marquês de Itú, 298 - Vila Buarque
CEP: 01223-000 São Paulo - SP
Tel: (11) 3331-3355 / 4066
e-mail: quemsomos@ittc.org.br
Site: www.ittc.org.br

Apelo:



Realização:



Patrocínio:

